



BANCO BARIGUI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A

CNPJ: 00.556.603/0001-74

Avenida Sete de Setembro, 4781 Conj. 02 - Batel - Curitiba/PR

Telefone: (41) 3017-7777 | Fax: (41) 3017-7788

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Como fato marcante, tivemos, no segundo semestre de 2018, a mudança dos objetivos sociais da Barigui S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos (“Financeira”), passando a se constituir sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos, e b) crédito, financiamento e investimentos, e sob nova denominação de Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A (“Banco”). Adicionalmente, o capital social da nova sociedade foi elevado para R\$ 50 milhões. Isto posto, o Banco submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, incluindo as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O Banco, no que se refere à carteira de crédito, financiamento e investimentos, atendeu os padrões antes aplicados pela Financeira, com ênfase no crédito pessoal a servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com forte concentração em convênios com órgãos públicos, estes com históricos positivos de repasses dos valores descontados e consequente nível reduzido de inadimplência. Quanto aos negócios da carteira de investimentos, estão sendo estruturados para, progressivamente, estarem disponíveis para os clientes no decorrer do exercício de 2019, incluindo o credenciamento junto ao Banco Central para operar com reservas bancárias. Vale ressaltar que a partir de outubro/2018, o Banco passou a emitir Certificados de Depósitos Bancários (CDBs).

O lucro do exercício do Banco Barigui, já reconhecendo os resultados advindos do seu controle sob a Barigui Companhia Hipotecária e a Barigui Securitizadora S/A, foi de R\$ 27.401 mil, antes da distribuição dos Juros Sobre o Capital Próprio, sendo que estes alcançaram R\$ 3.985 mil. Tal resultado proporcionou um retorno sobre o patrimônio médio (ROE) de 39,06%.

O índice de Basileia alcançou 19,05%, que, conjugado com opção por manutenção de nível elevado, de recursos imediatamente disponíveis, próximo ao patrimônio líquido, refletiu a possibilidade de expansão de negócios. Afora o antes indicado, o Banco Barigui e entidades ligadas antes nominadas reúnem condições de aproveitamento de oportunidades que possam surgir em decorrência do cenário de soergimento por que passa a economia nacional e de mitigar eventuais efeitos adversos que se apresentem a nível macroeconômico. Agradecemos a dedicada colaboração de todos que contribuíram para a obtenção dos resultados verificados no referido exercício, em especial ao corpo de funcionários, e estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.

Curitiba (PR), 15 de março de 2019.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro – Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

(Anteriormente denominado Barigui S/A Crédito, Financiamento e Investimentos)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo						
Circulante		146.786	113.095		126.406	99.463
Disponibilidades	4	583	517		18.818	17.614
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4 5	42.493	36.357	11.a	18.818	17.614
Aplicações em depósitos interfinanceiros		42.493	36.357		120	-
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos derivativos	6	30.946	5.001	11.b	120	-
Carteira Própria	6.a	30.946	5.001		120	-
Operações de crédito		67.998	67.990		92.374	68.181
Setor privado	7	69.134	68.823	11.c	92.374	68.181
(Provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa)	7.b.1	(1.136)	(1.133)		2.756	-
Outros créditos	8	4.357	2.196	6.b	2.756	-
Diversos		4.357	2.196		12.338	13.668
Outros valores e bens	9	409	1.334		29	8
Despesas antecipadas		409	1.334		3.073	3.811
Não circulante		202.630	172.578		6.750	4.875
Ativo realizável a longo prazo		171.679	156.228	12	6.750	4.875
Operações de crédito		170.501	153.330	13	2.486	4.367
Setor privado	7	172.063	154.726		-	607
(Provisão para perdas em operações de crédito)	7.b.1	(1.562)	(1.396)		-	607
Outros créditos	8	678	1.313		141.635	127.294
Diversos		1.005	1.640	11.b	27.083	-
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(327)	(327)		27.083	-
Outros valores e bens	9	500	1.585	11.c	112.996	124.802
Outros valores e bens		1.250	1.642		112.996	124.802
(Provisão para desvalorização)		(750)	(861)	6.b	1.304	2.095
Despesas antecipadas		-	804		1.304	2.095
Permanente		30.951	16.350		252	397
Investimentos		30.082	15.878		252	397
No país	10	30.079	15.875	13	252	397
Outros investimentos		3	3	15	81.375	58.916
Imobilizado de uso		796	393		50.000	45.000
Outras imobilizações de uso		1.936	1.445	15.a e 15.c	31.375	13.916
(Depreciação acumulada)		(1.140)	(1.052)		-	-
Intangível		73	79		-	-
Licenciamento e uso de software		460	432		-	-
(Amortização acumulada)		(387)	(353)		-	-
Total de ativos		349.416	285.673		349.416	285.673
Passivo						
Circulante						
Depósitos						
Depósitos a prazo						
Depósitos no mercado aberto						
Carteira própria						
Recursos de aceite de emissão de títulos						
Recursos de aceites cambiais						
Instrumentos financeiros financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos						
Outras obrigações						
Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes						
Sociais e estatutárias						
Fiscais e previdenciárias						
Diversas						
Dívida subordinada elegível a capital						
Não circulante						
Passivo exigível a longo prazo						
Captações no mercado aberto						
Carteira própria						
Recursos de aceite de emissão de títulos						
Recursos de aceites cambiais						
Instrumentos financeiros financeiros						
Instrumentos financeiros derivativos						
Outras obrigações						
Diversas						
Patrimônio líquido						
Capital social						
De domiciliados no país						
Reservas de lucros						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

(Anteriormente denominado Barigui S/A Crédito, Financiamento e Investimentos)

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Estatutária / Especial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 1 de janeiro de 2017		23.000	2.327	23.219	-	48.546
Aumento de Capital		22.000	(2.327)	(17.473)	-	2.200
Lucro líquido do exercício		-	-	-	12.227	12.227
Destinações:						
Constituição de reserva		-	611	7.559	(8.170)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	(3.575)	(3.575)
Dividendos		-	-	-	(482)	(482)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		45.000	611	13.305	-	58.916
Mutações do exercício		22.000	(1.716)	(9.914)	-	10.370
Saldos em 1 de janeiro de 2018		45.000	611	13.305	-	58.916
Aumento de capital aprovado pelo BACEN		5.000	-	(4.634)	-	366
Lucro líquido do exercício		-	-	-	27.401	27.401
Destinações:						
Constituição de reserva		-	1.370	20.723	(22.093)	-
Juros sobre capital próprio	15.d.1	-	-	-	(3.985)	(3.985)
Dividendos	15.d.1	-	-	-	(1.323)	(1.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		50.000	1.981	29.394	-	81.375
Mutações do exercício		5.000	1.370	16.089	-	22.459
Saldos em 1 de julho de 2018		45.000	1.208	22.149	-	68.357
Aumento de capital aprovado pelo BACEN		5.000	-	(4.634)	-	366
Lucro líquido do semestre		-	-	-	15.465	15.465
Destinações:						
Constituição de reserva		-	773	11.879	(12.652)	-
Juros sobre capital próprio	15.d.1	-	-	-	(2.055)	(2.055)
Dividendos	15.d.1	-	-	-	(758)	(758)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		50.000	1.981	29.394	-	81.375
Mutações do período		5.000	773	7.245	-	13.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

(Anteriormente denominado Barigui S/A Crédito, Financiamento e Investimentos)

	Nota	2ºsem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Receitas da intermediação financeira		28.750	57.765	58.725
Operações de crédito	7	29.019	57.170	55.336
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	1.514	2.559	5.449
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(1.783)	(1.964)	(2.060)
Despesas da intermediação financeira		(10.763)	(20.834)	(25.504)
Operações de captação no mercado	11.c.1	(9.956)	(19.460)	(23.937)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.b.1	(807)	(1.374)	(1.567)
Resultado bruto da intermediação financeira		17.987	36.931	33.221
Outras receitas (despesas) operacionais		903	(1.758)	(15.313)
Receita de prestação de serviços		-	1	2
Despesas de pessoal		(1.743)	(3.349)	(4.802)
Outras despesas administrativas	18	(6.035)	(11.255)	(11.114)
Despesas tributárias		(1.192)	(2.165)	(1.829)
Resultado de participação em coligadas e controladas	16	9.494	14.369	1.536
Outras receitas operacionais		408	676	771
Outras despesas operacionais		(29)	(35)	(77)
Resultado operacional		18.890	35.173	17.908
Resultados não operacionais		138	270	(161)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		19.028	35.443	17.747
Imposto de renda e contribuição social	19	(3.563)	(8.042)	(5.520)
Provisão para imposto de renda		(2.286)	(4.725)	(3.425)
Provisão para contribuição social		(1.934)	(3.935)	(2.909)
Ativo fiscal diferido	19.c	657	618	814
Lucro líquido do semestre e exercícios		15.465	27.401	12.227
Juros sobre capital próprio	15.d	(2.055)	(3.985)	(3.575)
Quantidade de ações	15.a	50.000	50.000	45.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1		0,2682	0,4683	0,1923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 E SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2018

(Valores expressos em milhares de reais)

(Anteriormente denominado Barigui S/A Crédito, Financiamento e Investimentos)

	2ºsem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do semestre/exercício	13.410	23.416	8.652
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	83	157	153
Equivalência patrimonial	(9.494)	(14.369)	(1.535)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	1.784	1.965	1.683
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	807	1.374	1.567
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	132
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(59)	(145)	(340)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	4.220	8.660	6.334
Ativo fiscal diferido	(657)	(618)	(814)
Custo residual de imobilizado baixado	-	-	5
Participação dos empregados	148	323	333
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários	(10.618)	(25.945)	(5.001)
Operações de crédito	(5.330)	(18.853)	(15.101)
Outros créditos	(165)	(1.728)	87
Outros valores e bens	2.062	3.243	1.404
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos interfinanceiros e a prazo	610	1.204	(7.874)
Certificado de depósito bancário	27.203	27.203	-
Recursos de aceites cambiais	12.589	12.138	(25.114)
Instrumentos derivativos	-	-	402
Cobrança e arrecadação de títulos semelhantes	(8)	21	(1)
Obrigações sociais e estatutárias	1.621	3.097	2.783
Obrigações fiscais e previdenciárias	(105)	(4.230)	(110)
Outras obrigações	(1.330)	(2.490)	199
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.481)	(2.555)	(1.997)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	35.270	11.868	(34.143)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos	-	354	993
Aquisições de investimentos	(69)	(354)	(1.556)
Aquisições de imobilizado	(424)	(525)	(31)
Alienação de intangível	(27)	(27)	-
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos	(520)	(552)	(594)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	366	366	2.200
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(2.441)	(5.480)	(3.065)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.075)	(5.114)	(865)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	32.675	6.202	(35.602)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	10.401	36.874	72.476
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	43.076	43.076	36.874

(ii) **Provisão para créditos de liquidação duvidosa** - foi constituída nos termos da Resolução nº 2.682/99 e nº 2.697/00, do CMN, em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, levando-se em consideração a análise das operações em atraso e dos riscos específicos apresentados por cliente.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99, do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

É considerada a contagem em dobro para os contratos com prazos vencendo superiores há 36 meses, conforme permitido pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso classificadas na carteira de operações de crédito com o nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses. Após são baixadas para prejuízo e controladas em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos.

As operações de crédito contratadas com clientes cuja responsabilidade total seja de valor inferior a R\$50 (cinquenta mil reais) são classificadas, em forma descendente, a partir do nível "A", conforme critérios da Resolução 2.697/00 CMN.

As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

(iii) **Operações vencidas há mais de 60 dias** - as rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

g. Despesas antecipadas

Correspondem principalmente as comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14.

h. Investimentos

Os investimentos em controlada foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

i. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de uso	10%
Veículos	20%
Gastos de organização e expansão	20%

j. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

	Taxa - %
Desenvolvimento/Licenciamento de uso de software	20%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

k. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

l. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

m. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

n. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

o. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

• **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

• **Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

• **Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

• **Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

• **Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

p. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%, e para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2016 considerando a alíquota de 20%, conforme Lei nº 13.169/15. A partir de 2019 a alíquota retorna para 15%.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio estão contabilizados como despesas, no entanto, para fins de divulgação, são revertidos na rubrica "Lucros acumulados", não afetando o lucro líquido do exercício, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social.

q. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações.

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades		
Caixa	4	6
Depósitos bancários	579	511
Aplicações interfinanceiras (a)	42.493	36.357
TOTAL	43.076	36.874

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Título	31/12/2018		31/12/2017	
	Tx.	Curto prazo	Tx.	Curto Prazo
DI (pós)	99,25% CDI	39.942	101% CDI	35.207
DI (pré)	3,58% a.a.	2.551	6,84% a.a.	1.150
Total		42.493		36.357

6 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos derivativos

a. Títulos e valores mobiliários

Carteira Própria	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado	Valor de mercado
Cotas Fundo de Investimentos (a)	Indeterminado	30.946	30.946	-	5.001

(a) Referem-se às cotas de um fundo de investimento em renda fixa, constituído sob forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e que tem por objetivo aplicar recursos que visa a superar, a médio e longo prazo, a variação da CDI, aceitando, em contrapartida, maiores oscilações de retorno no curto prazo. Os investimentos do fundo em 31 de dezembro de 2018, é composto em sua quase totalidade, por letras financeiras do tesouro, certificado de depósitos bancários e debêntures indexadas à CDI.

b. Instrumentos financeiros derivativos

A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swap", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, agora conhecida como B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de captação corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Contas de compensação	31/12/2018		31/12/2017	
				Diferencial a receber / (a pagar)	Contas de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	Contas de compensação
Pré-Fixada	01/04/2019	60.000	71.208	-	66.416	-	-
Pré-Fixada	20/07/2020	40.000	42.350	-	-	-	-
Total		100.000	113.558	-	66.416	-	-
Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Contas de compensação	31/12/2018		31/12/2017	
CDI	01/04/2019	60.000	68.452	(2.756)	64.321	(2.095)	-
CDI	20/07/2020	40.000	41.046	(1.304)	-	-	-
Total		100.000	109.498	(4.060)	64.321	(2.095)	-

c. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	896	1.415	5.448
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	618	1.144	1
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.783)	(1.964)	(2.060)
Total	(269)	595	3.389

7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Empréstimo com garantia	299	0,12%	415	0,19%
Crédito pessoal	240.874	99,87%	223.045	99,77%
CDB	24	0,01%	89	0,04%
Total	241.197	100,00%	223.549	100,00%

b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

b.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial semestre/exercício	(2.393)	(2.529)	(3.985)
Constituição / Reversão	(807)	(1.374)	(1.567)
Baixa para prejuízo	502	1.205	3.023
Total semestre/exercício	(2.698)	(2.698)	(2.529)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 625 e R\$ 1.248 (R\$ 2.380 em 2017).

As operações de crédito refinanciados totalizaram R\$164.778 (R\$ 116.339 em 2017). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer:		
Até 3 meses	16.417	17.878
De 3 meses a 12 meses	51.755	50.216
De 1 a 3 anos	94.805	89.909
De 3 a 5 anos	51.565	44.627
De 5 a 15 anos	25.693	20.190
Total a vencer	240.235	222.820
Vencidos	962	729
Total	241.197	223.549

b.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% Provisão	Setor			2018		2017		
			Indústria	Comércio	Serviços	P. Física	Total	Vlr. Provisão	Total	Vlr. Provisão
A	Normal	0,50%	-	-	299	223.548	223.846	(1.119)	210.474	(1.052)
	Vencido	-	-	-	-	3.117	3.117	(16)	715	(4)
B	Normal	1,00%	-	-	-	7.328	7.328	(73)	7.622	(76)
	Vencido	-	-	-	-	1.575	1.575	(16)	916	(9)
C	Normal	3%	-	-	-	689	689	(21)	291	(9)
	Vencido	-	-	-	-	1.738	1.738	(21)	871	(26)
D	Normal	10%	-	-	-	100	100	(10)	121	(12)
	Vencido	-	-	-	-	778	778	(78)	648	(65)
E	Normal	30%	-	-	-	5	5	(2)	182	(55)
	Vencido	-	-	-	-	749	749	(225)	333	(100)
F	Normal	50%	-	-	-	-	-	-	137	(69)
	Vencido	-	-	-	-	244	244	(122)	274	(137)
G	Normal	70%	-	-	-	-	-	-	-	-
	Vencido	-	-	-	-	216	216	(151)	164	(115)
H	Normal	100%	-	-	-	72	72	(72)	16	(16)
	Vencido	-	-	-	-	742	742	(742)	785	(785)
Total			-	-	299	240.899	240.899	(2.698)	223.549	(2.529)
Circulante			-	-	-	69.134	69.134	(1.136)	68.823	(1.133)
Não Circulante			-	-	-	172.063	172.063	(1.562)	154.726	(1.396)

8 Outros créditos

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Dividendos a receber	899	81
Adiantamentos e antecipações salariais	12	37
Créditos tributários (nota 19c)	3.022	1.796
Impostos a recuperar	36	199
Títulos e créditos a receber (a)	30	36
Devedores diversos (b)	146	13
Outros (c)	205	34
Total	4.357	2.199
Não circulante		
Depósitos em garantia	249	268
Títulos e créditos a receber (a)	327	327
Créditos tributários (nota 19c)	429	1.045
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(327)	(327)
Total	678	1.313

(a) Os valores inscritos em "Títulos e Créditos a Receber", tanto no circulante como no não circulante, representam basicamente: (i) R\$ 109 referentes a falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 115 em 2017); e (ii) R\$ 248 representam valores sem características de concessão (R\$ 248 em 2017), este valor encontra-se provisionado para perda em sua totalidade, por se tratarem de negociações com lojistas, que estão mantidos em processos de cobrança.

(b) Os valores inscritos em "devedores diversos" estão representados por: R\$ 146 refere-se a valores de remissão de novos contratos (R\$ 13 em 2017);

(c) Os valores inscritos em "outros" é composto por R\$ 205 de valores a receber de sociedades ligadas (R\$ 34 em 2017).

9 Outros valores e bens

	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		
Despesas antecipadas		
- Comissões (a)	384	1.290
- Outros	25	44
Total	409	1.334
Não circulante		
Despesas antecipadas:		
- Comissões (a)	-	804

d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2018, por processos de natureza cível no montante de R\$ 949 (R\$ 1.309 em 2017).

O Banco possui processos de natureza trabalhista classificados como risco de perda possível no montante de R\$ 110 (R\$ 110 em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificados como possível.

15 Patrimônio líquido**a. Capital Social**

Durante o exercício de 2018, as acionistas propuseram aumento de capital social de acordo com a Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), sendo R\$ 4.634 oriundos de reservas de lucros e R\$ 366 em espécie. Este aumento de capital social, teve aprovação do BACEN, e foi registrado através da 34ª AGE de 31 de outubro de 2018. O valor do capital social passou de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais) para R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em ações preferenciais nominativas. Durante o exercício de 2017, o Conselho de Administração propôs aumento de capital social de acordo com a Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 22.000 (vinte e dois milhões de reais), sendo R\$ 19.800 oriundos de reservas de lucros e R\$ 2.200 em espécie. Este aumento de capital social, teve aprovação do BACEN, e foi registrado através da 31ª AGE de 17 de maio de 2017. O valor do capital social passou de R\$ 23.000 (vinte e três milhões de reais) para R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais), sendo R\$ 44.459 (quarenta e quatro milhões quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 541 (quinhentos e quarenta e um mil reais) ações preferenciais nominativas.

Acionistas	Participação %	Total ações
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	17.737.550
Enio Furne Junior	11,7600%	5.880.000
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	12.093.450
Antonio Bordin Neto	6,9745%	3.487.250
Maria Teresa Fornes Caron	0,0035%	1.750
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	1.000.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	9.800.000
Total	100,00%	50.000.000

b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

d. Dividendos e Juros sobre Capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações. O Banco poderá, por deliberação do Conselho de Administração, com aprovação prévia da Assembleia Geral, distribuir lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, consoante as normas estabelecidas em lei, em substituição total ou parcial dos dividendos obrigatórios ou intermediários.

Conciliação Dividendos e JCP	Valor Provisoriamente	Valor de imposto retido	Valor liq. a pagar/receber	Valor Pago/recebido	Data Pagto	Deliberado por
Dividendos propostos em 2016	294	-	294	(294)	09/03/2017	22º AGO
Dividendos propostos em 2017	482	-	482	(482)	12/11/2018	23º AGO
Juros sobre capital próprio - JCP - 2016	3.260	(489)	2.771	(2.771)	13/03/2017	30/04/2018
Juros sobre capital próprio - JCP - 2017	3.575	(536)	3.039	(3.039)	10/05/2018	23º AGO
Dividendos propostos em 2018	1.323	-	1.323	(565)	12/11/2018	23º AGO
Juros sobre capital próprio - JCP - 2018	3.985	(595)	3.390	(1.394)	12/11/2018	23º AGO
Total	12.919	(1.620)	11.299	(8.545)		

d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2º semestre de 2018	Exercício de 2018	Exercício de 2017
Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)			
Lucro líquido do exercício / período	15.465	27.401	12.227
Reserva legal (5%)	(773)	(1.370)	(611)
Juros sobre o capital próprio	(2.055)	(3.985)	(3.575)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	12.637	22.046	8.041
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	(758)	(1.323)	(482)

16 Transações entre partes relacionadas

	31/12/2018			31/12/2017		
	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas	(Despesas)
Pessoas físicas						
Captação (d)	(10.263)	-	(1.000)	(15.864)	-	(1.698)
Remuneração administradores	-	-	(745)	-	-	(1.433)
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.777)	-	(2.571)	(2.262)	-	(2.296)
Controladas (a)						
Aplicações interfinanceiras	10.205	452	-	-	-	-
Depósitos interfinanceiros	-	-	(137)	7.025	1.409	(23)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	189	1.981	-	8	72	-
Dividendos	899	-	-	60	-	-
Captação	(11.970)	-	(256)	(383)	-	(91)
Pessoas jurídicas						
Juros sobre capital próprio/dividendos	(977)	-	(1.414)	(1.259)	-	(1.279)
Captação (d)	(41.212)	-	(2.729)	(53.421)	-	(6.129)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	(7)	-	(84)	(7)	-	(84)
Prestação de serviços (b)	(105)	-	(1.327)	(211)	-	(1.521)
Aluguel comercial	(9)	-	(108)	(10)	-	(124)
Letra financeira subordinada	-	-	-	(607)	-	(71)

* São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas: (i) Barigüi Companhia Hipotecária, (ii) Barigüi Securitizadora S.A., (iii) Barigüi Promotora de Crédito Ltda., (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigüi Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigüi Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornes & Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambahy Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigüi; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda.

(a) Controladas: Barigüi Companhia Hipotecária, Barigüi Securitizadora S.A., Barigüi Gestão de Recursos Ltda.

(b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

(c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - (Anteriormente denominado Barigüi S/A Crédito, Financiamento e Investimentos)

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do **Banco Barigüi de Investimentos e Financiamentos S/A** (Anteriormente denominado Barigüi S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos) Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Barigüi de Investimentos e Financiamentos S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Barigüi de Investimentos e Financiamentos S/A em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso

(d) Referem-se a Recursos de aceites cambiais (LC) e Certificados de depósitos bancários (CDB).

17 Política de remuneração

O Banco remunera três membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está representado por R\$ 745 (R\$ 1.433 em 2017).

18 Outras despesas administrativas

	2º sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de aluguel	(69)	(131)	(160)
Despesas de comunicação	(128)	(288)	(332)
Despesas de processamento de dados	(314)	(579)	(609)
Despesas com relações públicas	(15)	(15)	(27)
Despesas com propaganda e publicidade	(5)	(11)	(20)
Despesas de seguros	(217)	(554)	(768)
Despesas serviço sistema financeiro	(108)	(236)	(228)
Despesas com serviços terceirizados (a)	(3.296)	(6.504)	(6.760)
Despesa com serv. téc. especializados	(830)	(1.239)	(806)
Despesas com depreciação/amortização	(83)	(157)	(153)
Despesas com viagens	(378)	(611)	(362)
Despesa de transporte	(29)	(66)	(59)
Despesas judiciais e cartório	(36)	(95)	(92)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(26)	(50)	(42)
Outras despesas	(501)	(719)	(696)
Total	(6.035)	(11.255)	(11.114)

(a) Refere-se a:

a.1. apropriação de despesas, no semestre e exercício, com comissões de correspondentes no montante de R\$ 2.679 e R\$ 5.325 (R\$ 5.346 em 2017);

a.2. assessoria, no semestre e exercício, de cobrança correspondentes no montante de R\$ 162 e R\$ 289 (R\$ 467 em 2017);

a.3. demais custos de repasse à órgãos públicos, no semestre e exercício, correspondentes no montante de R\$ 364 e R\$ 715 (R\$765 em 2017);

a.4. outras despesas pulverizadas, no semestre e exercício, correspondentes no montante de R\$ 91 e R\$ 175 (R\$ 182 em 2017).

19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)**a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado**

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para imposto de renda	(2.241)	(4.624)	(3.369)
Provisão para contribuição social	(1.885)	(3.852)	(2.864)
Total	(4.126)	(8.476)	(6.233)
Ativo fiscal diferido	657	618	814
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(94)	(184)	(101)
Total	(3.563)	(8.042)	(5.520)

b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2018	31/12/2018	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	19.028	35.443	17.747
Juros sobre Capital Próprio	(2.055)	(3.985)	(3.575)
Resultado Antes dos Impostos de Renda e Contribuição Social	16.973	31.458	14.172
Encargo Total dos Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 20%, respectivamente	(7.638)	(14.156)	(6.377)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Adições Temporárias	(1.131)	(3.028)	(2.840)
Adições Permanentes	-	-	(40)
Exclusões			
Equivalência	4.272	6.843	691
Deduções por incentivos fiscais/outras	146	208	185
Outros	225	1.657	2.148
Impostos de Renda e Contribuições Social	(4.126)	(8.476)	(6.233)

c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldo Anterior 31/12/2017	Saldo Inicial 30/06/2018	Constituição	Reversão	Saldo Final 31/12/2018
Imposto de renda					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.059	1.037	92	(90)	1.039
Provisão para contingências	48	26	8	(23)	11
Provisão MTM	42	88	605	(58)	635
Outras provisões	428	473	54	(52)	475
Créditos Tributários de IRPJ	1.577	1.624	759	(223)	2.160
Contribuição social					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	848	831	74	(204)	701
Provisão para contingências	39	22	7	(31)	(2)
Provisão MTM	33	70	363	(35)	398
Outras provisões	343	254	35	(88)	201
Créditos Tributários de CSLL	1.263	1.177	479	(358)	1.298
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	2.840	2.801	1.238	(581)	3.458

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2018 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2021	TOTAL
Créditos Tributários de Imposto de Renda				
Diferenças Temporárias	1.893	18	250	2.161
Valor Presente	1.779	15	221	2.016
Créditos Tributários de Contribuição Social				
Diferenças Temporárias	1.136	11	150	1.297
Valor Presente	1.068	9	133	1.210

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa de juros anual de 6,40% (Selic). O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2018 e 2017.

20 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8,625% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2018 atingiu 19,05, representativo do Conglomerado Prudencial Barigüi, atendendo preceitos regulamentares.

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de referência	82.984	59.467
Índice de Basileia BACEN	19,05	17,62

21 Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo, no mínimo, os riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, de Operacional, de Socioambiental e Gerenciamento de Capital, que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabilidades, aos quais esteja exposto, garantindo que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam as resultantes decisões, tomando-as mais assertivas e mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. Suas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Em tal estrutura tem o papel relevante o Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital que subsidia o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos de crédito. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com a suficiência das garantias oferecidas. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou recuperação.

b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificação de riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem Padronizada Alternativa.

c. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações dadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional.

Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas do Banco com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação e seleção de investimentos.

e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a